

COMENTÁRIO JURÍDICO

“Segurança dos jornalistas deve ser uma das prioridades durante o período eleitoral”, diz presidente do STF

Antes da abertura da sessão de quarta-feira (17), o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Luiz Fux, disse que o Tribunal apoia e defende a imprensa brasileira e entende que a segurança dos jornalistas e demais profissionais deve ser uma das prioridades durante o período eleitoral, que se iniciou oficialmente na última terça-feira (16).

Agressões - Fux recebeu na sede do CNJ, na última semana, dirigentes da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e do Instituto Palavra Aberta, que relataram medidas tomadas após as mortes do jornalista britânico Dom

Philips e do indigenista Bruno Pereira, em junho. Os representantes das entidades relataram que jornalistas têm passado por treinamento para proteção física, digital e judicial, em razão do aumento dos casos de agressões, principalmente nos últimos anos, e pediram apoio do STF para defesa do trabalho jornalístico no segundo semestre deste ano, considerando-se que a liberdade de imprensa é uma premissa da democracia brasileira. O presidente do STF reafirmou o apoio à categoria e sustentou que o Tribunal sempre respeitou e prestigiou o “nobilíssimo trabalho de reportar os fatos e informar a população brasileira”.

STF amplia prazo para Minas Gerais regularizar contratos temporários no ensino público

Por unanimidade de votos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) fixou em 24 meses o prazo para que o Estado de Minas Gerais adote as medidas necessárias para cumprir a decisão da Corte que invalidou a legislação estadual que permitia a convocação temporária de profissionais, sem vínculo com a administração pública, para funções de magistério na educação básica e superior do estado na ausência do titular do cargo ou no caso de vacância. Na sessão virtual finalizada em 15/08, a Corte acolheu parcialmente pedido do governador, Romeu Zema, para estender o prazo.

A ampliação permitirá que os atuais contratos firmados com base nas Leis estaduais 7.109/1977 e 9.381/1986 sejam preservados por 24 meses, a contar da conclusão do julgamento de mérito, e que o estado utilize as normas para firmar

contratos temporários necessários para manter a regularidade do ensino público, desde que sua vigência não supere o prazo máximo estabelecido pelo STF.

Em maio deste ano, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 915, o STF havia fixado o prazo de 12 meses para a adequação. Em embargos de declaração, Zema alegava contradição e omissão em pontos do acórdão e pedia que o prazo fosse de cinco anos.

Melhor interesse dos alunos Em voto condutor do julgamento, o ministro Ricardo Lewandowski (relator) afirmou que as razões do julgado ficaram “absolutamente claras” no julgamento do mérito da ADPF, e a mera discordância com o que foi decidido não autoriza a interposição de embargos de declaração.

Supremo recebe denúncia contra deputado federal Loester Trutis por comunicação falsa de crime

Por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu denúncia contra o deputado federal Loester Trutis (PL-MS) e seu assessor Ciro Nogueira Fidelis pela suposta prática dos crimes de comunicação falsa de crime, porte ilegal e disparo de arma de fogo. A decisão se deu na sessão virtual finalizada em 15/8, no julgamento do Inquérito (INQ) 4857. Os dois passarão a responder a ação penal no STF.

Atentado - Em 16/2/2020, o deputado e seu assessor comunicaram à Polícia Federal terem sido vítimas de um atentado, de madrugada, na BR-060, na saída de Campo Grande (MS). Segundo seu relato, enquanto se deslocavam para compromisso político no interior do estado, teriam sido surpreendidos por disparos provenientes de uma

caminhonete, que atingiu o veículo em que estavam. Nesse momento, Loester teria se protegido no interior do carro e se defendido com disparos de uma pistola de seu irmão. Ciro, por sua vez, teria realizado uma manobra e impedido a consumação do crime.

Simulação - No entanto, de acordo com a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR), Loester e Ciro simularam o atentado em uma estrada vicinal adjacente à rodovia BR-060 e comunicaram à Polícia Federal a ocorrência de crime que sabiam não ter ocorrido. Segundo a PGR, a perícia nas perfunções no veículo refuta as declarações do deputado e de seu assessor, e ambos ocultaram, em seus depoimentos, que haviam entrado em duas estradas vicinais no percurso.

Livro em homenagem ao ministro Teori Zavascki será lançado nesta quarta no STF

Cerimônia realizada quarta-feira (17), às 18h, no Museu do STF, marcou o lançamento do livro “Eis Aí Suas Rosas”, um tributo ao ministro Teori Albino Zavascki, falecido em 2017. A solenidade contou com as presenças do presidente da Corte, ministro Luiz Fux, do filho de Teori, o advogado Francisco Zavascki, e de autoridades.

A obra foi editada pela Associação Senhora de Lourdes, de Santa Catarina, e conta com prefácio escrito pelo ministro Celso de Mello (aposentado), declarações de familiares, autoridades, amigos, servidores e ministros do STF.

Antes de tomar posse no STF, o ministro integrou o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), com sede no Rio Grande do Sul.

Espaço de Imprensa - Essa

Indenização por incapacidade ou morte de profissionais da saúde em razão da pandemia é constitucional, decide STF

Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a constitucionalidade da Lei 14.128/2021, que garante o pagamento de compensação financeira a profissionais da saúde que, em atendimento direto às pessoas acometidas pela covid-19, tenham se tornado permanentemente incapazes para o trabalho ou aos herdeiros e dependentes, , em caso de morte. Na sessão virtual encerrada em 15/8, o colegiado julgou improcedente, por unanimidade, o pedido formulado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6970.

O presidente havia vetado o projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional, mas o veto foi derrubado.

Ele, então, questionou a lei no STF, alegando violação da competência privativa do chefe do Poder Executivo federal, pois o auxílio financeiro iria alcançar servidores públicos da União.

Sustentou, ainda, ofensa às condicionantes fiscais para expansão de ações governamentais na pandemia e falta de estimativa do impacto orçamentário e financeiro na proposição legislativa.



Segundo a ministra Cármen Lúcia, trata-se de política pública para atender a finalidade específica de buscar atenuar os malefícios causados pela pandemia à categoria.

Indenização - No voto condutor do julgamento, a ministra Cármen Lúcia (relatora) explicou que a compensação financeira em questão não tem natureza de benefício previdenciário ou remuneratório, mas de indenização, e a lei não restringe seus beneficiários aos servidores públicos federais. Segundo ela,

a norma abrange todos os profissionais de saúde, dos setores público e privado, de todos os entes da Federação, sem tratar de regime jurídico de servidores da União nem alterar atribuições de órgãos da administração pública federal. Nesses casos, de acordo com a jurisprudência consolidada do Supremo, não há ofensa à

competência privativa do chefe do Poder Executivo. “A legislação questionada trata de política pública para atender finalidade específica, no cumprimento do dever constitucional outorgado ao Estado de buscar atenuar os malefícios causados pela pandemia aos profissionais de saúde”, destacou.

OAB aega defasagem da alíquota adicional de IRPJ sobre lucro que exceder R\$ 20 mil por mês

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) questiona, no Supremo Tribunal Federal (STF), a validade de lei que prevê a incidência da alíquota adicional de 10% sobre o Imposto de Renda das pessoas jurídicas (IRPJ) aderentes ao lucro real que

excederem a apuração mensal de R\$ 20 mil. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7221 foi distribuída ao ministro Luís Roberto Barroso, que, em razão da relevância da matéria, decidiu levá-la a exame diretamente pelo Plenário e requisitou informações

aos órgãos e às autoridades pertinentes. A entidade argumenta que o artigo 2º, parágrafo 2º, da Lei de 9.430/1996, em harmonia com o princípio da capacidade contributiva, foi editado com o objetivo de proporcionar uma sociedade mais justa no que se

refere à arrecadação tributária, ou seja, paga mais quem pode mais ou quem auferir mais renda. Para a OAB, esse valor era razoável para os parâmetros da época. Contudo, passados 26 anos, está defasado, pois não sofreu nenhuma correção monetária.

PROCURADOR GERAL

Global Dot Com Ltda.
CNPJ nº 26.280.256/0001-93 - NIRE 35.232.354.676

Instrumento Particular de Alteração e Transformação de Sociedade

Pelo presente instrumento particular de Alteração de Contrato Social, os signatários deste: **Alan de Carvalho Ribeiro**, brasileiro, casado, empresário, Carteira de Identidade RG nº MG-12.337.532 SSP-MG, inscrito no CPF/MF sob nº 078.768.096-69, residente e domiciliado em Avenida Pentágono, nº 1.100, Alameda 11, Alphaville Santana de Parnaíba (SP), CEP 06540-900; **Alexandre Heitor Carvalho Junior**, brasileiro, solteiro, empresário, Carteira de Identidade RG nº MG-15.870.084 SSP-MG, inscrito no CPF/MF sob nº 125.040.326-09, residente e domiciliado na Rua Luiz Scott, nº 111, Torre Bella, apto 103, Jardim Iracema, Barueri (SP) CEP 06440-260; **Denis Alonso Galvão**, brasileiro, casado, empresário, Carteira de Identidade RG nº 27.964.929 SSP-SP inscrito no CPF/MF sob nº 274.274.559-62, residente e domiciliado na Rua Domina Nina Zanotto, nº 368, Jardim Milena, Santo André (SP), CEP 08192-014 e **Vinicius Debartolo Callegari**, brasileiro, casado, empresário, Carteira de Identidade RG nº 33.719.369 SSP-SP inscrito no CPF/MF sob nº 336.883.958-67, residente e domiciliado na Rua Piranhas, nº 50, Vila Floresta, Santo André (SP), CEP 09050-080; únicos sócios da Sociedade Empsária Limitada, denominada **Global Dot Com Ltda.**, com sede na Avenida Paulista, nº 171, 49 andar, Bela Vista, São Paulo (SP), CEP 01310-000, inscrita CNPJ/ME sob o nº 26.280.256/0001-93, com seu contrato social devidamente registrado perante a JUCESP sob o nº 35232354676 em 20/11/2020 (“**Sociedade**”), resolvem alterar o Contrato Social da Sociedade nos termos e condições a seguir: **I. Cessão de Quotas** - 1. Inicialmente, o sócio **Alan de Carvalho Ribeiro**, acima qualificado, detentor de 245.000 (duzentas e quarenta e cinco mil, seiscentos e dezasseis) quotas, livres e desembarapadas de quaisquer ônus, dívidas, ônus, gravames ou encargos de qualquer natureza, com tudo que as mesmas representam, da seguinte forma: (i) 7.270 (sete mil, duzentas e setenta) quotas cedidas e transferidas ao sócio **Alexandre Heitor Carvalho Junior**, qualificado acima, pelo mesmo valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, já liquidado, com tudo que as mesmas representam, o qual assume todos os direitos e obrigações referentes a tais quotas; (ii) 14.540 (quatorze mil, quatrocentas e quarenta) quotas cedidas e transferidas ao sócio **Denis Alonso Galvão**, qualificado acima, pelo mesmo valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, já liquidado, com tudo que as mesmas representam, o qual assume todos os direitos e obrigações referentes a tais quotas; e (iii) 21.810 (vinte e um mil, oitocentos e dez) quotas cedidas e transferidas ao sócio **Vinicius Debartolo Callegari**, qualificado acima, pelo mesmo valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, já liquidado, com tudo que as mesmas representam, o qual assume todos os direitos e obrigações referentes a tais quotas. 2. Com relação às transferências das quotas mencionadas no item 1 acima, os sócios **Alexandre Heitor Carvalho Junior**, **Denis Alonso Galvão** e **Vinicius Debartolo Callegari**, qualificados acima, e a Sociedade renunciam expressamente, entre si, ao direito de preferência na aquisição das quotas cedidas e transferidas pelo sócio **Alan de Carvalho Ribeiro**, restando cumprido o disposto nos artigos 1.057 e 1.061 do Código Civil. 3. Os sócios **Alan de Carvalho Ribeiro**, **Alexandre Heitor Carvalho Junior**, **Denis Alonso Galvão** e **Vinicius Debartolo Callegari**, bem como a Sociedade, doravante, plena, geral e rasa quanto a todas as cessões e transferências, bem como a subscção de quotas ora acordadas no item 1 acima, declarando nada mais haver reclamar um do outro, no presente ou no futuro, a título de: 4. Diante dos atos acima, o capital social da Sociedade passa a ser distribuído da seguinte forma:

Sócio	Quotas	Valor (R\$)
Alan de Carvalho Ribeiro	201.381	R\$ 201.381,00
Alexandre Heitor Carvalho Junior	24.540	R\$ 24.540,00
Denis Alonso Galvão	49.540	R\$ 49.540,00
Vinicius Debartolo Callegari	74.310	R\$ 74.310,00
Total	350.000	R\$ 350.000,00

II. Transformação do Tipo Societário - 5. Ato seguinte, resolvem os sócios, por unanimidade, aprovar, independentemente de dissolução e liquidação, a transformação do tipo societário da Sociedade, de uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, regida pelos artigos 1.052 a 1.087 do Código Civil brasileiro, para uma sociedade por quotas de capital fechado, regida pela Lei nº 6.404/1976, que passará a ser denominada **Global Dot Com S.A.**, não importando tal transformação em qualquer solução de continuidade, permanecendo em vigor os direitos e obrigações sociais, a mesma escrituração comercial e fiscal, e o mesmo objeto social. 6. Em consequência da deliberação contida no item 5 acima, as 350.000 (trezentos e cinquenta mil) quotas representativas do capital social da Sociedade, com valor de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), são, neste ato, convertidas na mesma quantidade de ações ordinárias, livres e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, distribuídas entre os acionistas, conforme Boletim de Subscrição anexo (“**Anexo I**”). **III. Estatuto Social** - 7. Deliberada a transformação da Sociedade em sociedade por ações, nos termos acima indicados, os sócios aprovaram, por unanimidade, o Estatuto Social da **Global Dot Com S.A.** (“**Companhia**”), constante no **Anexo II** do presente instrumento, e que passa doravante a reger a Companhia. **Eleição da Diretoria** - 8. Foi aprovada a eleição para os cargos de Diretores da Companhia, a saber: (i) ocupando o cargo de **Diretor Presidente**, o Sr. **Alan de Carvalho Ribeiro**, brasileiro, casado, empresário, Carteira de Identidade RG nº MG-12.337.532 SSP-MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 078.768.096-69, residente e domiciliado em Avenida Pentágono, nº 1.100, Alameda 11, Alphaville Santana de Parnaíba (SP), CEP 06540-900; (ii) ocupando o cargo de **Diretor**, sem designação específica, o Sr. **Vinicius Debartolo Callegari**, brasileiro, casado, nascido em 10/11/1984, empresário, Carteira de Identidade RG nº 33.719.369 SSP-SP inscrito no CPF/MF sob o nº 336.883.958-67, residente e domiciliado na Rua Piranhas, nº 50, Vila Floresta, Santo André (SP), CEP 09050-080; Os Diretores eleitos tomarão posse de seus cargos mediante a oposição de suas assinaturas em termo a ser lavrado em livro próprio. Os Diretores ora eleitos aceitaram os respectivos cargos, tendo afirmado que conhecem plenamente a legislação aplicável e declarado que não estão inclusos em quaisquer crimes previstos em lei, que os impediram de exercer as atividades mercantis ou a administração de sociedades mercantis, tendo, firmado, nos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/1976, os respectivos Termos de Posse e Declaração de Desimpedimento, arquivados na sede da Companhia, conforme anexos ao presente (“**Anexo III**”). Os Diretores permanecerão em seus respectivos cargos até a realização da assembleia geral ordinária a ser realizada em 2024. E, estando juntos e contratadas, as Partes assinam esse instrumento em 3 (três) vias de igual teor, para que produza seus jurídicos efeitos. São Paulo (SP), 22 de maio de 2022. **Alan de Carvalho Ribeiro**, **Alexandre Heitor Carvalho Junior**, **Denis Alonso Galvão**, **Vinicius Debartolo Callegari**, Advogado: Marco Valfredo Bessa - OAB SP nº 237.861. JUCESP NIRE 3530359697-8. JUCESP nº 367.581/222-0 em 20/07/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Estatuto Social - Denominação - **Artigo 1º** - A **Global Dot Com S.A.** (“**Companhia**”), que adota o nome fantasia “**Global Dot Com**”, é uma sociedade anônima de capital fechado e será regida por este Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis, incluindo a Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“**Lei das Sociedades por Ações**”) ou “**LSA**”. **Sede e Filiais** - **Artigo 2º** - A Companhia tem sede e foro na Avenida Paulista, nº 171, 49 andar, Bela Vista, São Paulo (SP), CEP 01310-000, inscrita CNPJ/ME sob o nº 26.280.256/0001-93, e poderá, mediante deliberação da Diretoria, abrir, manter e fechar escritórios, dependências, agências ou filiais em qualquer parte do território nacional ou do exterior, observadas as disposições legais aplicáveis, mediante a deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. **Objeto Social** - **Artigo 3º** - A Companhia tem como objeto social: (i) o desenvolvimento de portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet; (ii) comércio varejista de material eletrônico; (iii) comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática; (iv) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis; (v) tratamento de dados para processamento. **Prazo de Duração** - **Artigo 4º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capital Social** - **Artigo 5º** - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado e constituído de 350.000 (trezentas e cinquenta mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalizando o capital de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais). **Único** - As ações serão indivisíveis em Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Artigo 6º** - A Companhia poderá emitir ações ordinárias e preferências, estas últimas com prioridade no reembolso de capital, com prêmio ou sem ele, nos termos do artigo 177, inciso I da Lei das Sociedades por Ações. As ações ordinárias (“**ON**”) e ações preferências (“**PN**”) terão os seguintes direitos e vantagens: **§ 1º** - Cada ação ordinária (“**ON**”) da Companhia terá direito a uma (1) voto na deliberação das Assembleias Gerais, cujas deliberações serão tomadas na forma prevista neste Estatuto e Lei das S.A. **§ 2º** - As ações preferências (“**PU**”) não conferem direito a voto aos seus titulares, exceto nas hipóteses previstas na Lei das S.A. **§ 3º** - Os acionistas têm direito de preferência, na proporção de suas respectivas participações, na subscrição de ações, debêntures convertíveis em ações ou bônus de subscrição de emissão da Companhia ou quaisquer outros títulos ou valores mobiliários convertíveis em ações ou em qualquer forma, conforme ao seu titular quaisquer dos direitos de voto, devendo tal direito ser exercido no prazo legal de 30 (trinta) dias, **§ 4º** - A more do acionista na integralização de seu capital importará na cobrança de juros de 1% (um por cento) ao mês, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da prestação, sem prejuízo das demais sanções legais. **Artigo 8º** - As ações são indivisíveis em relação à Companhia. **Assembleia Geral de Acionistas** - **Artigo 9º** - A Assembleia Geral, convocada na forma da Lei das S.A. e do presente Estatuto Social, é competente para decidir sobre todos os assuntos de interesse da Companhia, com exceção dos que, por disposição legal ou estatutária, sejam reservados aos demais órgãos da administração. **Artigo 10º** - A Assembleia Geral reunir-se-á: (a) ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses subsequentes ao término do exercício social, para

deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei das S.A.; e (b) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. **§ 1º** - A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária podem ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentadas em uma única. **§ 2º** - A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre assuntos constantes da ordem do dia, previstos no respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das S.A. **§ 3º** - Todos os documentos relacionados com a ordem do dia serão disponibilizados aos acionistas na sede Companhia, a partir da data da publicação do primeiro edital de convocação. **Artigo 11º** - As Assembleias Gerais deverão ser convocadas por qualquer dos Diretores com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, em primeira convocação, e 5 (cinco) dias de antecedência, em segunda convocação, devendo ser instaladas na forma da lei. Sem prejuízo das formalidades legais, os Acionistas deverão, ainda, ser convocados por telegrama, carta registrada ou e-mail com comprovação de envio, expedidos com a mesma antecedência acima indicada, previamente indicados pelos Acionistas. **§ 1º** - Independentemente de qualquer formalidade prevista neste Estatuto e na Lei das S.A., será considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas com direito a voto, desde que todos os documentos e informações relacionados às matérias a serem deliberadas na respectiva Assembleia Geral tenham sido previamente disponibilizados para análise dos acionistas. **§ 2º** - As Assembleias Gerais instalar-se-ão com a presença de Acionistas ou de seus representantes legalmente habilitados que, regularmente convocados e formando o quórum exigido pela legislação aplicável, assinarem o livro de presença de Acionistas da Companhia, a fim de deliberar sobre a ordem do dia constante do respectivo edital de convocação. **§ 3º** - As Assembleias Gerais serão presididas, dentre os presentes, por pessoa indicada pela maioria dos acionistas também reunidos em assembleia. Ainda, as assembleias serão se-criarizadas por alguém escolhido pelo Presidente eleito da referida Assembleia Geral. **Artigo 12º** - Ressalvadas as hipóteses expressamente previstas em lei, as Assembleias Gerais deverão se reunir, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) do capital social com direito a voto, e, em segunda convocação, com qualquer número de representantes da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 13º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 14º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 15º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 16º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 17º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 18º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 19º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 20º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 21º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 22º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 23º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 24º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 25º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 26º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 27º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 28º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 29º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 30º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 31º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 32º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 33º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 34º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 35º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 36º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 37º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 38º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 39º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 40º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 41º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 42º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 43º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 44º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 45º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 46º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 47º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 48º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 49º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 50º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 51º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 52º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 53º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 54º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 55º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 56º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 57º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 58º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 59º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 60º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 61º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 62º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 63º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 64º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 65º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 66º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 67º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 68º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 69º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 70º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 71º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 72º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 73º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 74º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 75º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 76º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária na respectiva Assembleia Geral. **Artigo 77º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá de **§ 1º** - Na hipótese de convocação em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia